

Mais de 100 aves apreendidas

DA REDAÇÃO

Edilson Rodrigues/CB/D.A. Press



NA CASA DA BÊNÇÃO, LOCALIZADA NA VILA RORIZ, EM PLANALTINA, HAVIA DOIS PAPAGAIOS E DOIS CANÁRIOS SEM REGISTRO. DONO FOI AUTUADO EM R\$ 11 MIL

Fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que trabalham na Operação São Francisco apreenderam ontem mais 22 aves e autuaram duas pessoas em Planaltina. Desde o início da operação, na última segunda-feira, três equipes da Divisão de Controle e Fiscalização do órgão já recolheram mais de 100 pássaros que viviam em cativeiros e multaram os donos que não tinham o registro dos animais no instituto. Os fiscais agiram em Samambaia, Planaltina e Ceilândia, cidades com os maiores números de denúncias registradas. Já foram atendidas mais de 90 solicitações feitas pela ouvidoria do Ibama e, na semana que vem, as equipes devem realizar 30 autuações. A operação está prevista para acabar na próxima quinta-feira.

Segundo o chefe da Divisão de Controle e Fiscalização do Ibama, Hugo Américo, o órgão recebeu pelo menos 120 denúncias. "Nós fizemos uma triagem e mandamos equipes para campo nos locais que concentram o maior número de denúncias", diz. Na Casa da Bênção, localizada na Vila Roriz, em Planaltina, foram apreendidos dois papagaios e dois canários-da-terra sem registro. A reportagem do **Correio** esteve no local, mas o dono dos animais não quis falar com a equipe. Ele foi autuado por manter aves silvestres em casa sem origem comprovada e terá de pagar multa no valor de R\$ 11 mil. Após a visita da

fiscalização, ele tem 20 dias para recorrer da multa. Se o pagamento for feito dentro do prazo, o valor tem desconto de 30%. De acordo com o coordenador da equipe de fiscalização, Plínio Lucimar de Medeiros, dificilmente as pessoas autuadas conseguem o bicho de volta. Os outros animais foram apreendidos na Vila Buritis, também em Planaltina. Os fiscais estiveram ainda em outros dois endereços, mas em

um deles a denúncia não procedia e o outro local estava vazio.

Anilha

Os fiscais chegam ao local da denúncia e verificam se as aves têm anilha, um pequeno anel que fica preso no pé. Se o animal não tiver, ele está irregular. É preciso também ter o registro no Ibama. As equipes realizam a Operação São Francisco para combater o comércio e o tráfico de animais

silvestres, previstos na Lei 9.605, de crimes ambientais, de 1998, com foco nos compradores. Segundo Américo, uma das formas de se combater o tráfico é autuar aqueles que alimentam a prática. "Se não houver demanda de compra, a atividade ilícita diminui. De toda forma estamos cumprindo a lei, que não permite animais silvestres em cativeiros", revela. Os animais clandestinos são oriundos principalmente do Nordeste,

trazidos em caminhões e vendidos em feiras no DF. Eles normalmente não têm custo elevado.

As aves apreendidas foram encaminhadas ao Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama (Cetas), localizado na Floresta Nacional de Brasília, em Taguatinga Norte. Segundo o biólogo Carlos Eduardo Luzardo, 41 anos, as aves ficam no local, onde é feito um trabalho sem muito rigor científico para reabilitar

O QUE DIZ A LEI

● A Lei Federal nº 9.605, de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas sobre condutas e atividades que possam ser lesivas ao meio ambiente. O artigo 29 da lei prevê detenção de seis meses a um ano e multa para quem matar, perseguir, caçar, apanhar e utilizar espécimes da fauna silvestre brasileira sem licença. A punição pode aumentar se a espécie for rara ou estiver ameaçada de extinção.

os animais no habitat natural. O centro carece de estrutura e, de acordo com o biólogo, funciona com apenas 20% da capacidade. "Normalmente, depois dessas operações, as pessoas ficam com medo de receberem multas e aparecem para devolver os animais. Isso sobrecarrega o local", afirma Carlos Eduardo. O Cetas recebe em média 500 animais por mês. O centro já recebeu aves típicas da fauna brasileira, como o azulão, o curió, o sabiá e papagaios.

Hugo Américo, chefe do Cetas, ressalta que se os animais silvestres forem entregues voluntariamente ao Cetas os donos não serão autuados e nem receberão multas pela posse irregular do bicho.